



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Avenida Governador José Malcher, 563, - Bairro Nazaré, Belém/PA, CEP 66040-282
Telefone: (91) 3224-0699 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.iphan.gov.br>

Contrato nº 04/2018/2018
Processo nº 01492.000152/2018-18
Unidade Gestora: 343002

TERMO DE CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº: 004/2018 QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL- IPHAN, NO ESTADO DO
PARÁ E A EMPRESA LED E CIA LTDA

A União, por intermédio do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL- IPHAN, no Estado Pará, com sede na Av. Gov. José Malcher, 563, Nazaré, Belém/PA, CEP 66.035-065 na cidade de Belém/Estado do Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 26.474.056/0003-33, neste ato representado pelo seu Superintendente Estadual Substituto Sr Cyro Holando de Almeida Lins, inscrito no CPF sob o nº 009.940.964-02, designado pela Portaria 338, de 05-08-2015, publicada no DOU de 06-08-2015, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) R.M.S. FAVACHO E CIA LTDA- EPP inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.903.856/0001-89, sediado(a) na cidade de Belém/PA, endereço: : Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 144 A, bairro Castanheira, CEP: 66.645-455 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Luiza Fernanda da Silva Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 33552576- SSP/SE e CPF nº 049.581.695-71, tendo em vista o que consta no Processo nº 01492.000152/2018-18 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG Nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01-2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA– OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de apoio a eventos e ações de educação patrimonial no âmbito da Superintendência do IPHAN no Pará que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula- se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:



2. CLÁUSULA SEGUNDA– VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 16/07/2018 e encerramento em 11/01/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.7. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ 57.399,90 (CINQUENTA E SETE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:



Gestão/Unidade: 40401/343002
Fonte: 01000000000000
Programa de Trabalho: 128768
Elemento de Despesa: 339039
PI: 18F10166IPA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017

6.CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.CLÁUSULA SÉTIMA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.CLÁUSULA OITAVA– RESCISÃO

8.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3. Indenizações e multas.

9.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- VEDAÇÕES

1. É vedado à CONTRATADA:

9.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;



9.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990– Código de Defesa do Consumidor– e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– FORO

13.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Belém/Pará- Justiça Federal. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belém, 11 de julho de 2018.

Cyro Holando de Almeida Lins

Representante legal da CONTRATANTE

Luiza Fernanda da Silva Lima

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Fernanda da Silva Lima, Usuário Externo**, em 12/07/2018, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Cyro Holando de Almeida Lins, Superintendente Substituto do IPHAN-PA**, em 16/07/2018, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0586577** e o código CRC **E42C8CD0**.

Referência: Processo nº 01492.000152/2018-18

SEI nº 0586577



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
CAMPUS III – BANANEIRAS – PB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



TERMO DE CONTRATO
Nº 04/2018

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILAGEM DIGITAL, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UFPB E A EMPRESA LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

A União, por intermédio do(a) **Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da UFPB**, com sede no(a) **Cidade Universitária, Campus III, na cidade de Bananeiras/PB**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.098.477/0010-00**, neste ato representado(a) pelo(a) **Diretora do Centro**, a Profª. Drª. **Terezinha Domiciano Dantas Martins**, nomeado(a) pela Portaria nº GR/PROGEP nº 1.573, de 13 de outubro de 2016, publicada no DOU em 18 de Outubro de 2017, inscrito(a) no CPF sob o nº 725.924.944-72, portadora da Carteira de Identidade nº 870872 SSP/PB, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) Empresa **LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.596.034/0001-20, sediado(a) na Rua AILTON MARQUES, 60 - TERREO - LUZIA, em Aracajú - SE doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **LUIZA FERNANDA DA SILVA LIMA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 33552576, expedida pela (o) SSP/SE, e CPF nº 049.581.695-71, tendo em vista o que consta no Processo nº **23074.01303/2018-61** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **09/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviços de filmagem digital com câmeras filmadoras digitais – padrão Mini-Dv ou Superior, com captação de áudio e vídeo, com tripés para câmeras, com mão de obra, gravação em DVDs, com edição, destinados aos eventos a serem realizados pelo CAVN/CCHSA/UFPB, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMA T	UNID.	QTD.	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	Serviços de filmagem digital com câmeras filmadoras digitais – padrão Mini-Dv ou Superior, com captação de áudio e vídeo, com tripés para câmeras, com mão de obra, gravação em DVDs, com edição. O material deverá ser gravado em DVD-R (disponibilizados pela contratada), sendo que os DVDs deverão ser entregues em duas cópias. E, após o encerramento das gravações, a contratada deverá entregar os DVDs, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas.	13749	Horas	260	R\$175,00	R\$ 45.500,00





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
CAMPUS III – BANANEIRAS – PB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 06/09/2018 e encerramento em 06/09/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15231/153074

Fonte: 810000000000

Programa de Trabalho: 12363208020RL0025

Elemento de Despesa: 339039

PI: N0000P1914N

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE e aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0)$, onde:





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
CAMPUS III – BANANEIRAS – PB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

I^o = Índice relativo ao mês da proposta.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
CAMPUS III – BANANEIRAS – PB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bananeiras, 06 de setembro de 2018.

Terezinha Domiciano D. Martins
Diretora do CCHSA/UFPB

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Representante legal da CONTRATANTE

Luiza Fernanda da Silva Lima

LUIZA FERNANDA DA SILVA LIMA
Representante legal da CONTRATADA

16.596.034/0001-20
Insc. Mun.: 920170
LEDECIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME
Rua Ailton Marques, nº 60 - Térreo
Bairro Luzia - CEP: 49.045-090
Aracaju - SE





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA E EQUIPAMENTOS PARA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2018 NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

CONTRATO N.º 65/2018

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **Fabíola Mazzei Vitório**, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **16.596.034/0001-20**, com sede na Rua Trabalhador Ailton Marques dos Santos, 60, Bairro Luzia, Aracaju – SE, CEP: 49045-090, telefone n.º (79) 3217-0505, 99961-5373, 98811-9644, e-mail ancoravideo@gmail.com, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pela Sra. Luiza Fernanda da Silva Lima, portadora da Carteira de Identidade n.º 33552576, inscrita no CPF/MF sob n.º 049.581.695-71, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA E EQUIPAMENTOS PARA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2018 NO MUNICÍPIO DE SALVADOR**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 39/2018**, consoante Processo Administrativo Digital (PAD) n.º 15.046/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é locação de infraestrutura mobiliária e equipamentos para apuração das eleições 2018 no Município de Salvador, conforme as condições estabelecidas no edital de Pregão n.º 39/2018 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR TOTAL
	CADEIRA GIRATÓRIA			
1	Locação de cadeira giratória alta ajustável, com assento almofadado, com apoio para as costas e apoio para os pés. Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local de instalação: bilheteiras	un	6	R\$219,90
	SINALIZAÇÃO			
4	Sinalização em adesivo vinílico com fundo branco e letras pretas, tamanho 85 x 28 cm. Quantidade: 14 unidades – 1º turno 14 unidades – 2º turno, caso ocorra Dizeres a serem definidos posteriormente. Local para instalação: fixação na entrada das salas e seções eleitorais.	un	28	RS2.799,00
5	Sinalização em adesivo vinílico com fundo branco e letras pretas, no tamanho 85 x 60 cm. Quantidade: 06 unidades – 1º turno 06 unidades – 2º turno, caso ocorra Dizeres a serem definidos posteriormente. Local de instalação: fixação na estrutura TS acima dos guichês.	un	12	R\$1.199,00
6	Faixa com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• Confeccionadas em laminado, tipo polietileno, na cor branca;• Texto em única cor (preto);• Dimensões: 3,00m de comprimento e 0,70m de largura;• Fixada em estrutura metálica “box truss”, existente no local. Quantidade: 02 unidades – 1º turno 02 unidades – 2º turno, caso ocorra Dizeres a serem definidos posteriormente. Local de instalação: sinalização na área externa da Sede.	un	4	R\$1.191,00
7	Sinalização em adesivo acrílico aquoso permanente. Especificação do Liner (papel protetor): <ul style="list-style-type: none">• Papel couché siliconizado com gramatura de 150g;• 13,50m de comprimento e 2,20m de altura;• Aplicação em estrutura de TS;• Dizeres e imagens a serem definidos posteriormente. Quantidade: 01 unidade – 1º turno 01 unidade – 2º turno, caso ocorra e seja solicitado pela Fiscalização Local de instalação: Área para entrevistas (ver planta)	un	2	RS3.735,60
	ESTRUTURA BOX TRUSS			
8	Locação de estrutura metálica “box truss” para fixação de faixa com dimensão de 3,00m de comprimento e 0,70m de largura,	un	1	R\$1.216,90



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	confeccionada em laminado, tipo polietileno. A faixa deve ficar com seu limite inferior a 0,50m do solo. Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local de instalação: área externa da Sede do TRE-BA			
	BEBEDOUROS			
9	Locação de bebedouros para suportar garrafão de água de 20 litros, tensão 110V, devendo possuir 02 torneiras de pressão: saída de água natural e água gelada, e suporte para copo descartável preferencialmente acoplado ao bebedouro Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local de instalação: Sede do TRE.	un	10	R\$2.579,90
	SUPORTE DE PISO PARA TV LCD			
10	Locação de suporte de piso para TV LCD ou Plasma de 32" a 42" com altura máxima de 2,10m Obs.: a parte inferior da TV deve ficar a uma altura mínima de 1,20m do solo Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local para instalação: Sala de Imprensa	un	1	R\$449,90
	PEDESTAL COM PLACA PARA IDENTIFICAÇÃO			
11	Locação de pedestal com placa para identificação/sinalização de áreas, em material plástico de alta resistência, para fixação de sinalização com dimensão A4 Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local de instalação: Seções Eleitorais no estacionamento interno na Sede do TRE-BA	un	9	R\$1.348,00
	GRUPO 1 – MOBILIÁRIO			
13	Locação de mesa, formato retangular, dimensões 1000 mm x 600 mm, sem gaveteiro acoplado, estrutura autoportante metálica em aço, na cor argila, branca, preta, cinza ou prata, com pés niveladores, tampo com 18 mm no mínimo e 25 mm no máximo de espessura, constituído em MDP ou MDF, revestido com laminado melamínico na cor marfim, argila, branca cinza ou natural e faces laterais com acabamento com fita de borda, Local de instalação: Sede - Totalização: 07 - Acompanhamento de Transmissão: 36 - Ouvidoria - Disque Título: 20 Período: 20/08/18 a 08/10/18 – 1º turno (50 dias) 18/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (12 dias) (Se houver)	un	63	R\$6.198,50
14	Locação de cadeira giratória, sem braços, assento com interior em compensado forrado com espuma e revestido com tecido crepe ou similar a couro, na cor preta ou azul, encosto com interior em polipropileno forrado com espuma e revestido com tecido crepe ou similar a couro, na cor preta ou azul, base com estrutura em aço ou nylon com 5 (cinco) patas Local de instalação: Sede - Totalização: 07 - Acompanhamento de Transmissão: 36	un	63	R\$5.000,99

CEM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	- Ouvidoria - Disque Título: 20 Período: 20/08/18 a 08/10/18 – 1º turno (50 dias) 18/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (12 dias) (Se houver)			
	GRUPO 2 - CONJUNTO MESAS E CADEIRAS PVC			
15	Locação de conjunto de mesa quadrada (dimensão de 0,70 x 0,70m) com quatro (04) cadeiras fixas e sem braço, em plástico (PVC), na cor branca, todos materiais novos. Período: 05/10/18 a 08/10/18 – 1º turno (04 dias) 26/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (04 dias) (Se houver) Local para instalação: Cartórios Eleitorais	cj	95	R\$1.519,99
16	Locação de conjunto de mesa quadrada (dimensão de 0,70 x 0,70m) com quatro (04) cadeiras fixas e sem braço, em plástico (PVC), na cor branca, todos materiais novos. Período: 28/09/18 a 08/10/18 – 1º turno (11 dias) 22/10/18 a 29/10/18 – 2º turno (8 dias) (Se houver) Local de instalação: sala motoristas (SETRAN)	cj	20	R\$339,99

1. O valor total do presente contrato é de **R\$ 27.798,67** (vinte e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento 3.3.3.90.39.14. “Locação de Bens Móveis de Outras Naturezas”, vinculado à Ação 02.061.0570.4269.0001 – “Pleitos Eleitorais – Nacional”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º 2018NE002067, em 02 de agosto de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. O Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
 - d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

c) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.
- j) cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3/2017);

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1.1. O pagamento será realizado proporcionalmente ao período de locação, na seguinte proporção por item e por turno:

- a) Itens 1 a 12, Lote 2 (item 15): 50% do valor total para o primeiro turno e 50% para o segundo turno se houver;
 - b) Lote 1 (itens 13 e 14): 81% do valor total para o primeiro turno e 19% para o segundo turno se houver;
 - c) Lote 2 (item 16): 58% do valor total para o primeiro turno e 42% do valor total para o segundo turno se houver;
 - d) Lote 3 (Itens 17 ao 28): 65% do valor total para o primeiro turno e 35% para o segundo turno se houver;
2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
- g) não executar o objeto licitado;
- h) retardar a execução do objeto licitado;
- i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

2. Para os fins da alínea "b", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 455/2016, da Presidência do TRE-BA.

5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 7º, parágrafo único, da Portaria nº 455/2016, da Presidência do TRE/BA.

7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 39/2018 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 21 de agosto de 2018.

Fabíola Mazzei Vitório
Diretora-Geral do TRE-BA

Luiza Fernanda da Silva Lima
CPF: 049.581.695-71
LED E CIA LOCAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS LTDA – ME



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Contrato Nº 74 / 2018

CONTRATO TRE-PI Nº 073/2018**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MESTRE DE CERIMÔNIA APRESENTADOR E RECEPCIONISTAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ E A EMPRESA LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 05.957.363/0001-33, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, S/N – Centro Cívico, bairro Cabral, em Teresina - PI, neste ato representado por sua Secretária de Administração, Orçamento e Finanças, Sra. Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro, brasileira, casada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 340.885.633-77, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria TRE-PI nº 678/2018, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 12 de julho de 2018, Seção 1, pág. 409, na sequência designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.596.034/0001-20, estabelecida na Rua Trabalhador Airton Marques, nº 60, Térreo, Bairro Luzia, Aracaju - SE, telefone: (79) 3217-0505, e-mail: ancoravideo@gmail.com, edsonmm1971aju@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. **Luiza Fernanda da Silva Lima**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 049.581.695-71, na sequência designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, precedido pelo Procedimento Licitatório nº 57/2018, originado do Processo Eletrônico **SEI nº 5313-61.2018.6.18.8000**, sendo certo que se regerá pelas condições e cláusulas a seguir, bem como pelas disposições da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93, e do instrumento convocatório do aludido Procedimento Licitatório.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de Recepcionista para apoio a eventos do TRE-PI, nas condições estipuladas no presente instrumento, bem como no Procedimento Licitatório nº 57/2018, que deu origem a este contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A descrição minuciosa dos serviços encontra-se no Item 3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços objeto deste contrato a importância de **R\$ 10.494,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), correspondente ao Item 2**, conforme proposta de preços apresentada (Anexo).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado após prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, no prazo de até 10 (dez) dias da protocolização no Protocolo Geral do TRE-PI e depois de atestado, pelo Fiscal do Contrato, da prestação efetiva dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte da Comissão de Fiscalização do Contrato, esta verificar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida para que a empresa providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas hipóteses dos parágrafos segundo e terceiro o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TRE-PI.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Fisco Federal.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela Coordenadoria de Contratações e Patrimônio.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto deste contrato correrá à conta dos Programas de Trabalho nº 02.122.0570.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, e 02.122.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, sob Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestão e fiscalização serão desempenhadas por servidores nomeados mediante Portaria da Presidência do TRE-PI, devendo cumprir o disposto no Anexo II do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

CONTRATANTE e CONTRATADA se obrigam a cumprir as obrigações contidas nos itens 6 e 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE-PI, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar, mediante publicação no Diário Oficial da União, com exceção da Advertência e da Multa, as seguintes penalidades, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

I) Advertência;

II) Multa conforme disposto no item 11.2 do Termo de Referência;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por prazo não superior a dois anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorridos o prazo da sanção aplicada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens III e IV retro citados, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do artigo 86 e § 1º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO QUARTO – De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO – Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula caberá recurso no prazo de cinco dias úteis da data de intimação do ato.

PARÁGRAFO SEXTO – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no § 2º, art. 87, da Lei nº 8.666/93, e observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os atos lesivos praticados pela CONTRATADA serão objeto de apuração e, portanto, passíveis de responsabilização administrativa visando à aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013, não afastando a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no art. 78, inc. I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, ressalvados os casos especificados no art. 79, § 2º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos enumerados nos inc. I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a rescisão dar-se-á por ato unilateral da Administração, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, ainda, nos casos previstos no art. 78, XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem anuência prévia do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como de legislação extravagante aplicável ao caso e dos princípios gerais do direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

É parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição, o Edital (e seus anexos) do Procedimento Licitatório nº 57/2018 – Pregão Eletrônico, sendo incorporadas a este CONTRATO todas as obrigações definidas no referido instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste CONTRATO, fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar acordado, depois de lido foi o presente CONTRATO lavrado em 02 (duas) vias, assinada pelas partes e testemunhas abaixo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro

Secretária de Administração, Orçamento e Finanças.

LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Luiza Fernanda da Silva Lima

Representante

TESTEMUNHAS:

Marcelo Augusto Maia

CPF: 903.960.223-91

Vivianne Furtado de Carvalho Silva

CPF: 805.885.2233-68

ANEXOS :

- Anexo I – Termo de Referência nº 69/2018 – Anexo I do Edital 57/2018 (0640430)
- Anexo II – Proposta de preços apresentada pela empresa (0648781)



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Fernanda da Silva Lima, Usuário Externo**, em 08/10/2018, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vivianne Furtado de Carvalho Silva, Técnico Judiciário**, em 09/10/2018, às 08:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro, Secretário(a)**, em 09/10/2018, às 13:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Maia, Coordenador de Contratações e Patrimônio**, em 09/10/2018, às 15:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0663731** e o código CRC **C03A597D**.

0005313-61.2018.6.18.8000

0663731v3



Estado do Piauí

Tribunal de Contas

Divisão de Gestão Contratual



ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2018 (Retificada)

Ref. Processo TC/014943/2018

EMPRESA: LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

CNPJ: 16.596.034/0001-20

Rua: Trabalhador Airton Marques, 60, Térreo, Bairro Luzia, CEP: 49.045-000.

Aracaju – Sergipe

Representante Legal: Luiza Fernanda da Silva Lima CPF: 049.581.695-71

Email: ancoravideo@gmail.com

Telefone: (79) – 3217-0505/ (79) 99961-5373/ (79) 98811-9644

Dados Bancários: Caixa Econômica Federal Ag. 2382/ Conta 00001819-6/Operação 003

O **Tribunal de Contas do Estado do Piauí**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.818.935/0001-01, com sede nesta Capital, na Av. Pedro Freitas, nº 2100, Centro Administrativo, CEP 64.018-200, representado neste ato por seu Presidente, Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho fundamentado no Pregão Eletrônico nº 10/2018-TCE/PI, processo administrativo nº TC/006976/2018, homologado em 11 de junho de 2018, **AUTORIZA** a empresa acima relacionada a realizar o objeto desta OS, tudo em conformidade com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018.

1. OBJETO

O objeto da presente OS é a prestação de serviço pela CONTRATADA do item abaixo discriminado, conforme solicitação constante no formulário – Peça nº 02 do Processo TC/014943/2018 oriundo da Chefia de Gabinete da Presidência/Seção de Cerimonial.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
04	Coquetel Água mineral com gás e sem gás, 3 tipos de refrigerantes incluindo o zero, cajuína, 3 tipo de suco natural (laranja, abacaxi, caju, cajá, bacuri, maracujá, acerola, manga, goiaba), salgados fritos na hora : coxinha com catupiry, quibe com catupiry, rabinho de tatu (dois tipos de recheio) rissoles de camarão e palmito, bolinho de bacalhau, empadas de palmito e frango, barquete de palmito e bacalhau, pastel de forno (3 tipos de recheio) 2 tipos de folhado, finger food de bacalhau, frango, escondidinho de carne de sol, tartelettes de palmito e peito de peru, pães para patê, 2 tipos de patês, 3 tipos de tortas salgada, dois tipos de creme: camarão/ galinha/ bacalhau/ palmito ou outro, peru fatiado ou rosbife artesanal. 2 tipos de tortas doce.	500	R\$ 19,90	R\$ 9.950,00



Estado do Piauí

Tribunal de Contas

Divisão de Gestão Contratual



2. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Fazem parte desta OS, independentemente de transcrição ou anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- a) Processo Licitatório TC/006976/2018- Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2018;
- b) Ata de Registro de Preços nº 22/2018;
- c) Proposta da CONTRATADA.

3. VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Pela realização do objeto desta OS o TCE-PI pagará à contratada o valor de **R\$ 9.950,00(nove mil, novecentos e cinquenta reais)**

3.2. Após a entrega e recebimento definitivo do serviço, o pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados do primeiro dia útil seguinte a protocolização do pedido, mediante ordem bancária, na conta bancária indicada pela Contratada em sua Proposta: **Caixa Econômica Federal Ag. 2382/ Conta 00001819-6/Operação 003.**

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O objeto desta OS deverá ser **entregue no Hall de entrada do prédio sede** do TCE-PI, situada na Av. Pedro Freitas, 2100, Bairro São Pedro, CEP 64-018-200, Teresina-PI, **no dia 27/08/2018 às 11h.**

Teresina-PI, 07 de agosto de 2018.

Assinado Digitalmente
Cons. OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO
Presidente do TCE-PI

Teresina-PI, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do fornecedor)



Nota de Empenho

Encerrado até Junho

Identificação

Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
020101 - TCE	2018NE01209	08/08/18
Credor	Valor	
16596034000120 - LED E CIA LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	9.950,00 (Nove mil e novecentos e cinquenta reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação

Nota de Reserva	2018NR00852
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Programa de trabalho	01.122. 0080. 2286 - GESTÃO ESTRATÉGICA E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO TCE
Fonte	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO

Detalhamento

Modalidade do empenho	Ordinário	Modalidade de Licitação	12 - Pregão	Embasamento Legal	Lei nº 10.520/2002
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega	08/08/2018	Local de Entrega	TCE/PI
Processo	014943/2018	UF	Piauí	Município	Teresina

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23 - FESTIVIDADES E HOMENAGENS		9.950,00

Cronograma

Agosto	9.950,00		
--------	----------	--	--

Saldo Dotação

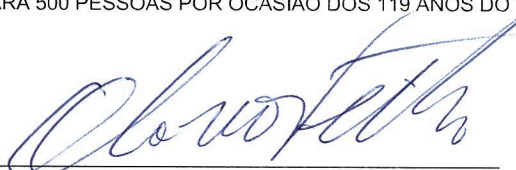
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
	43.809,35		
	Crédito pré-empenhado	Crédito bloqueado	
39.758,03	9.950,00	0,00	73.617,38

Observação

NE QUE SE EMITE PARA ATENDER CONTRATAÇÃO DE COQUETEL PARA 500 PESSOAS POR OCASIÃO DOS 119 ANOS DO TCE/PI E SOLENIDADE DA ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO, CONFORME ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/18 ORIUNDA DA ARP Nº 22/2018 - PE Nº 10/2018.
--

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
COQUETEL	500	UND	19,90	9.950,00
Descrição:	CONTRATAÇÃO DE COQUETEL PARA 500 PESSOAS POR OCASIÃO DOS 119 ANOS DO TCE/PI E SOLENIDADE DA ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO.			


06638023349 - OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO
CONSELHEIRO PRESIDENTE



Estado do Piauí

Tribunal de Contas

Divisão de Gestão Contratual



ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2018

Ref. Processo TC/017834/2018

EMPRESA: LED E CIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

CNPJ: 16.596.034/0001-20

Rua: Trabalhador Airton Marques, 60, Térreo, Bairro Luzia, CEP: 49.045-000.

Aracaju – Sergipe

Representante Legal: Luiza Fernanda da Silva Lima CPF: 049.581.695-71

Email: ancoravideo@gmail.com

Telefone: (79) – 3217-0505/ (79) 99961-5373/ (79) 98811-9644

Dados Bancários: Caixa Econômica Federal Ag. 2382/ Conta 00001819-6/Operação 003

O **Tribunal de Contas do Estado do Piauí**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.818.935/0001-01, com sede nesta Capital, na Av. Pedro Freitas, nº 2100, Centro Administrativo, CEP 64.018-200, representado neste ato por seu Presidente, Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho fundamentado no Pregão Eletrônico nº 10/2018-TCE/PI, processo administrativo nº TC/006976/2018, homologado em 11 de junho de 2018, **AUTORIZA** a empresa acima relacionada a realizar o objeto desta OS, tudo em conformidade com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018.

1. OBJETO

O objeto da presente OS é a prestação de serviço pela CONTRATADA do item abaixo discriminado, conforme solicitação constante no formulário – Peça nº 02 do Processo TC/017834/2018 oriundo da Chefia de Gabinete da Presidência/Seção de Cerimonial.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
02	Coffee Break Tipo II Café, chá, água mineral com gás e sem gás, chocolate Quente ou frio, 3 tipo de suco natural (laranja, abacaxi, caju, cajá, bacuri, maracujá, acerola, manga, goiaba), salada de frutas, cajuína, 5 tipos de salgados fritos (pastel, coxinha, quibe, rissoles, queijo, croquete, canudinho, outros), 5 tipos de salgados de forno (pastel, empadinha e outros) 3 tipos de refrigerante sendo 1 tipo zero, 3 tipos de biscoitos finos (salgados e doces), mini pão de queijo ou esfiha, mini pão (batata, francês, leite) torradas, trança de carne de sol ou queijo, 2 tipos de folhados (frango, queijo, presunto), 2 tipos de mini sanduiches (presunto queijo, peito de peru), 3 tipos de mini quiches, 3 tipos de bolos doces (laranja, chocolate, mesclado, milho, macaxeira), bolo de sal, geleia, 2 tipos de patês (presunto, berinjela, frango, tomate seco, atum, etc).	200	R\$ 9,95	R\$ 1.990,00



Estado do Piauí

Tribunal de Contas

Divisão de Gestão Contratual



2. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Fazem parte desta OS, independentemente de transcrição ou anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- a) Processo Licitatório TC/006976/2018- Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2018;
- b) Ata de Registro de Preços nº 22/2018;
- c) Proposta da CONTRATADA.

3. VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Pela realização do objeto desta OS o TCE-PI pagará à contratada o valor de **R\$ 1.990,00(Mil Novecentos e Noventa Reais)**

3.2. Após a entrega e recebimento definitivo do serviço, o pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados do primeiro dia útil seguinte a protocolização do pedido, mediante ordem bancária, na conta bancária indicada pela Contratada em sua Proposta: **Caixa Econômica Federal Ag. 2382/ Conta 00001819-6/Operação 003.**

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O objeto desta OS deverá ser entregue na sede do TCE-PI, situada na Av. Pedro Freitas, 2100, Bairro São Pedro, CEP 64-018-200, Teresina-PI, **no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.**

Teresina-PI, 24 de Setembro de 2018.

Assinado Digitalmente
Cons. OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO
Presidente do TCE-PI

Teresina-PI, _____ de _____ de 2018.

(assinatura do fornecedor)



Governo do Estado do Piauí

Nota de Empenho

TC/017834/2018 - Pág. 14

Encerrado até Agosto

Identificação

Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
020101 - TCE	2018NE01476	24/09/18
Credor	Valor	
16596034000120 - LED E CIA LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	1.990,00 (Hum mil e novecentos e noventa reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação

Nota de Reserva	2018NR01072
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade Orçamentária	02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Programa de trabalho	01.122. 0080. 2289 - PROGRAMA DE SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA DOS SERVIDOR
Fonte	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO

Detalhamento

Modalidade do empenho	Ordinário	Modalidade de Licitação	12 - Pregão	Embasamento Legal	Lei nº 10.520/2002
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega	24/09/2018	Local de Entrega	TCE/PI
Processo	017834/2018	UF	Piauí	Município	Teresina

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	09 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO		1.990,00

Cronograma

Setembro	1.990,00	
----------	----------	--

Saldo Dotação

Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
	1.990,00		
	Crédito pré-empenhado	Crédito bloqueado	
40.086,00	1.990,00	0,00	40.086,00

Observação

NE que se emite para atender contratação de coffee-break para 200 pessoas que irão participar do lançamento do Programa Mais Viver, conforme Ordem de Serviço nº 07/2018 oriunda da ARP nº 22/2018 PE nº 10/2018.

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
Item 02 da ARP nº 22/2018	200	UND	9,95	1.990,00
Descrição: Contratação de Coffee-break para o lançamento do Programa Mais Viver				

06638023349 - OLAVO REBELO DE CAVALHO FILHO

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Emitido/contabilizado por RAFAEL SILVA PIEROTE em 24/09/18 às 10:41.

Impresso por RAFAEL SILVA PIEROTE em 24/09/18 às 10:46.

Cons. Abelardo Pío Vilanova e Silva

Presidente, em exercício



Siafe-PI / SEFAZ-PI

Página 1/1